

ATA DA 158ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e três (20.11.2023), às quatorze horas e quinze minutos (14h15), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) para a sua 158ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Procuradores de Justiça João Rodrigues Filho e Maria Cotinha Bezerra Pereira. Constatou-se as presenças dos demais membros do Colegiado, do Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), e do Dr. Celsimar Custódio Silva, Promotor de Justiça Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para a apresentação do relatório de atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf-ESMP), em cumprimento ao disposto no art. 5º, XIV-A, da Resolução n. 004/2020/CPJ. De início, a palavra foi concedida à Procuradora de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Diretora-Geral do Cesaf-ESMP, que apresentou nominalmente sua equipe de trabalho, ressaltando se tratar de um grupo pequeno, porém coeso e qualificado, em que todos atuam com afinco, composto pelos servidores Cleivane Peres dos Reis (Coordenação Pedagógica), Seila Alves Pugas e Roberta Barbosa da Silva Giacomini (Coordenação de Pesquisa e Extensão), Fernando Antônio Garibaldi Filho e Jadson Martins Bispo (Coordenação Administrativa), Keila Fernandes Santos (Secretaria-Geral), Cacilda Martins Madureira (Biblioteca), Hellen Nunes Macedo, João Carlos Pereira e Jairo Costa Ribeiro (Laboratório de Mídias), e os estagiários Ana Paula Mesquita de Jesus e Aguiel Valério de Souza Neto. Registrou que 50% (cinquenta por cento) do quadro de pessoal é de servidores cedidos de outros órgãos, de modo que aguarda a realização do concurso público da Instituição para a nomeação de servidores efetivos. Agradeceu ao Vice-Diretor do Cesaf-ESMP, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, aos integrantes do Conselho Administrativo Consultivo, Drs. Marco Antonio Alves Bezerra, Moacir Camargo de Oliveira e João Edson de Souza e, em especial, à Procuradoria-Geral de Justiça, pelo apoio concedido ao Centro de Estudos. Agradeceu ainda aos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (Caop's) e dos Núcleos de Atuação e aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça pelo suporte e confiança destinados à Escola Superior. Procedeu então à apresentação do Relatório de Gestão Cesaf-ESMP 2023, contando com intervenções pontuais das servidoras Cleivane Peres dos Reis, Seila Alves Pugas e Keila Fernandes Santos, cujos destaques ora se resumem: (i) a atuação do Cesaf-ESMP é pautada na capacitação e no aperfeiçoamento; na promoção de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; na edição de publicações para disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do MPTO; e nos projetos de interlocução com a sociedade; (ii) tem por missão “promover a formação e o aprimoramento dos membros, servidores e estagiários para o constante fomento da gestão e difusão do conhecimento alinhado às políticas e diretrizes do MPTO na defesa dos direitos fundamentais, da democracia, da ordem jurídica e dos interesses da sociedade”; (iii) a cadeia de valor do Cesaf-ESMP é composta pela pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), cursos de aperfeiçoamento funcional e certificação de competências; fomento, produção e disseminação de conhecimentos e pesquisas; e inovação na atuação ministerial; tendo por resultados esperados o aprimoramento da atuação e o aumento da capacidade de governança e otimização dos resultados; (iv) em

2023, de acordo com o Painel de Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estabeleceu-se 61 indicadores, dos quais 42 foram realizados, 15 realizados parcialmente e 4 não realizados; (v) até 30/10/2023, foram promovidos 2 cursos de pós-graduação *lato sensu*, 24 eventos presenciais, 20 eventos presenciais e a distância, em parceria, 5 eventos a distância, 1 evento externo em parceria, 5 (cinco) cursos presenciais externos, 1 curso a distância em parceria, 113 atividades institucionais, 2.638 declarações/certificados expedidos, 31 editais publicados, 15 planos de cursos elaborados, 28 pareceres emitidos, 79 ofícios expedidos, 12 circulares expedidos, 7 participações em eventos de interesse institucional, 4 (quatro) acordos de cooperação firmados, 1 proposta de alteração normativa, 34 (trinta e quatro) ações de estruturação e 2 publicações da Revista Jurídica do MPTO; (v) como atividades de ensino, foram conduzidas 51 formações, abrangendo cursos e eventos, com destaque para a primeira Pós-Graduação – Especialização em Gestão e Governança no MPTO; (vi) as atividades de pesquisa constituíram-se de participação de membros da equipe em grupos de pesquisa externos; realização de seminário interdisciplinar de pesquisas; articulação de parcerias com instituições de ensino superior; redefinição e reapresentação para o orçamento 2024 do Programa de Fomento à Pesquisa e Extensão; institucionalização de Grupo de Pesquisa Interinstitucional no âmbito do MPTO; e oferta de vagas de Mestrado junto à Universidade Federal do Tocantins (UFT) e à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT); (vii) as atividades de extensão, por sua vez, se efetivaram através dos projetos “Saber MP”, “Aprendendo Direito, Resgatando Cidadania”, “Plano de Acessibilidade do Cesaf-ESMP” e “Compartilhando Conhecimento no MP”. Em relação ao Plano de Acessibilidade do Cesaf-ESMP, em que há a contratação de tradutores e de intérpretes de libras para eventos realizados pelo Ministério Público, o Dr. Marco Antonio questionou se há um cadastro e se há tradutores suficientes para realização de tradução simultânea quando vir, por exemplo, palestrantes estrangeiros, bem como sugeriu que seja feito um birô de informações e ter esse pessoal já cadastrado. Em seguida, a servidora Keila Fernandes esclareceu que o projeto de acessibilidade do CESAF vai além da questão de tradução ou interpretação, e informou que já foi solicitado ao Procurador-Geral de Justiça a compra de mobiliário especial que visa atender as pessoas que necessitam de alguma atividade extra. Pontuou ainda que a contratação dos intérpretes de libras é feita através de processo licitatório, e que provavelmente a contratação desses outros profissionais também deverá passar pelo mesmo formato para que possam suprir a demanda atendendo não somente a ESMP, mas ao Ministério Público nessas situações de eventos específicos como já vem sendo realizado pelos intérpretes de libras. Disse ainda que na realização de eventos se houver inscrição específica de pessoas que precisam de atendimento especializado a Escola faz a contratação desses profissionais para que eles possam atender e que, se for o caso, poderá ser estendido para outras atividades com traduções específicas. Explicou que dentro desse projeto há ainda algumas etapas de ações para os próximos anos, e uma delas é a questão da tradução. Logo após, o Dr. Marco Antonio sugeriu a realização de curso de línguas destinado aos servidores da atividade-meio ou até mesmo para os que atuam na atividade-fim, considerando que há servidores que dominam plenamente o inglês e, eventualmente alguns dominam outras línguas como o alemão ou francês, e por fim, ressaltou a necessidade de valorizar o pessoal da casa, inclusive fornecendo, se for o caso, curso de conversação para esse pessoal em vez de licitar, trazer gente de fora, utiliza-se a casa. Dando continuidade, a Diretora do Cesaf-ESMP relatou que (viii) para o exercício 2024, além dos atuais projetos, estão previstos o “Ponto a Ponto: Costurando respeito, laços e direitos no tecido familiar” e o “Projeto Luzeiro: Atuação articulada do MPTO para a participação social, desenvolvimento integral e efetividade dos direitos de povos e comunidades tradicionais do Tocantins”; (ix) na articulação interinstitucional buscou-se ampliar o diálogo e o intercâmbio através de

parcerias e acordos de cooperação, com foco na capacitação e atualização técnico-profissional de membros e servidores; (x) a Biblioteca do Cesaf-ESMP, em 2023, passou a ser denominada “Biblioteca José Maria da Silva Júnior”, em homenagem póstuma ao Procurador de Justiça José Maria, teve o seu regimento aprovado, contribuiu para a formação profissional, forneceu suporte aos cursos de pós-graduação, obteve melhorias no seu atendimento, reformulou o seu planejamento e lançou o canal “Caminhos do Conhecimento”, além de autorizada a reforma do seu espaço físico; (xi) o Laboratório de Multimeios executou 362 (trezentos e sessenta e dois) produtos audiovisuais, sendo responsável pelo audiovisual como instrumento de aprendizagem, oferecendo flexibilidade no acesso ao conteúdo educativo, de modo a permitir o acesso em diferentes locais e horários, crucial em um mundo digital e conectado; (xii) no aspecto da modernização e inovação destacaram-se o Sistema de Gestão Acadêmica e Gestão da Biblioteca (Sophia); a plataforma Moodle, o Google Workspace e o canal do Cesaf-ESMP no Youtube; o Sistema OJS de editoração de periódicos; o Sistema de Repositório Institucional; a participação em grupos de pesquisa e eventos externos sobre inovação; e o curso de capacitação de formadores para inovação em recursos educacionais; (xiii) no tocante à gestão orçamentária e financeira, a verba destinada ao Cesaf-ESMP em 2023 foi de R\$ 2.146.514,91; e (xiv) como desafios e ações futuras citam-se o aprimoramento contínuo do sistema de mapeamento das demandas de formação/capacitação; a organização pedagógica das atividades, visando uma formação mais efetiva e eficiente; a interiorização de ações e projetos; a necessidade de formatar uma estrutura física e de pessoal mais ampla para a Escola Superior; a ampliação dos espaços, tecnologias e plataformas utilizadas; o reforço na formação científica e prática de pessoal; e a preparação de documentos e infraestrutura para credenciamento junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para oferecer cursos a distância. A Diretora-Geral do Cesaf-ESMP concluiu que as ações realizadas em 2023 demonstraram potencial para promover uma nova cultura de aprendizagem institucional, contínua e inclusiva, e estiveram alinhadas às necessidades sociais para consolidar o MPTO como instituição democrática. Reafirmou o compromisso de estimular os colegas a se aperfeiçoarem, visto que a formação dos integrantes deve ser continuada. Destacou que o Ministério Público contemporâneo é aquele que persegue a resolutividade e que não se descarta totalmente do ajuizamento de ações, mas que não faz disso uma regra, pois há estrutura e condições intelectuais para atender à sociedade com resolutividade e proatividade. Disse ter a certeza de que, antes de deixar a Instituição, verá um Ministério Público nacional mais dissociado do Poder Judiciário, utilizando-se de outras vias, principalmente com a aplicação dos métodos autocompositivos. Na oportunidade, convidou a todos para a Aula Magna do 2º curso de pós-graduação *lato sensu* em “Direito e Políticas Públicas: perspectivas teóricas e práticas para atuação do Ministério Público”, a ser ministrada em 23/11/2023 pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Antônio Henrique Graciano Suxberger. Reforçou o convite ainda para o II Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Tocantins, a realizar-se de 29/11 a 01/12/2023, com o tema “Ministério Público Contemporâneo: Integrar Soluções para Superar Desafios”. Com a palavra, o Dr. Marcos Luciano Bignotti suscitou a possibilidade de eventual separação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do Ministério Público, de modo que membros e servidores possam ter uma visão mais clara das atividades inerentes a cada um. Os Drs. Marco Antonio Alves Bezerra, Luciano Cesar Casaroti, Ana Paula Reigota Ferreira Catini e Vera Nilva Álvares Rocha Lira teceram considerações sobre o histórico e os aspectos legais, técnicos, financeiros e estruturais que impossibilitam, por ora, uma cisão do Cesaf-ESMP. A palavra foi concedida à Coordenadora Pedagógica, Cleivane Peres dos Reis, que prestou alguns esclarecimentos a respeito da atual nomenclatura do Cesaf-ESMP de que esta fora mantida por abarcar as atribuições que o

Centro de Estudos já desempenhava como por exemplo, os cursos de capacitação que são de curta e média duração e que às vezes possuem caráter de treinamento e, quando há necessidade de realizar processos de gestão como os Cursos de Especialização ou Mestrado para atender uma demanda institucional, sendo estes de atribuição da Escola Superior. A escola de governo funciona como uma Escola de Ensino Superior e dessa forma, associa ensino, pesquisa e extensão e dentro dessas atividades de ensino tem-se os cursos, os treinamentos e capacitação desenvolvidas pelo Cesaf, além dos projetos de extensão. O Dr. Marco Antonio, por sua vez, questionou onde são aplicados os Projetos de Cidadania visto que se trata de uma escola. Em esclarecimento, a Coordenadora disse que as atividades de extensão podem ser transmitidas por pesquisa, através da Pós-graduação, de Mestrados e Especializações, e apesar de estarem atrelados, a Escola Superior pode desenvolver atividades relacionadas à comunidade, pois são indissociáveis o ensino, da pesquisa e extensão. A seguir, o Dr. Marco Antonio registrou a dificuldade de crescimento da Escola Superior ante a limitação do orçamento que vincula-se ao da Procuradoria-Geral de Justiça. Na sequência, a Coordenadora Pedagógica disse então que a Escola Superior abarcou todas as demandas, ressaltando que tudo que foi solicitado, entre capacitações e aperfeiçoamentos funcionais fora atendido, mas que o Dr. Marco Antônio está certo ao dizer que para ampliação da Escola Superior, tem-se um grande desafio, devendo ser trabalhado ao longo do tempo. Em seguida, o Dr. Luciano Cesar Casaroti lembrou que, quando foi Presidente da ATMP, a nomenclatura do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento foi deliberada pelo Colégio de Procuradores de Justiça em razão da necessidade de previsão legal da Escola Superior, e que, somente após esta constar em lei foram iniciados estudos para a autorização do Conselho Estadual de Educação a fim de que, efetivamente, funcionasse como escola, concluindo, que houve uma origem histórica para a nomenclatura CESA-ESMP, mas nada impede de haver novos estudos para alteração desta ou não. A Dra. Ana Paula esclareceu que fez parte da elaboração do projeto da lei à época, e destacou que para criação da Escola Superior era necessário apresentar toda uma estrutura física, inclusive com salas apropriadas, caso contrário, o Conselho Estadual da Educação não aprovaria. A Dra. Vera Nilva acrescentou que todas as demandas foram atendidas, e que pelo número de membros é um número relativamente pequeno se comparado a outros MP's, portanto, neste momento não há necessidade de duas estruturas. A Dra. Ana Paula Reigota em concordância com a Diretora-Geral do CESA-ESMP, disse ser possível a separação entre o Centro de Estudos e a Escola Superior, todavia necessitará de um estudo amplo de toda a estrutura, inclusive de pessoal, porém, no momento atual não é viável. O Presidente enalteceu a realização pelo Centro de Estudos-Escola Superior de 51 (cinquenta e um) cursos e eventos de formação, com mais de 2.600 (dois mil e seiscentos) certificados expedidos, atendendo muito bem às demandas da Instituição, apesar da estrutura não ser ainda a mais adequada. Destacou a aproximação do Ministério Público com o meio acadêmico, por intermédio do projeto Saber MP e dos programas de estágio de graduação e pós-graduação, fazendo com que os estudantes conheçam um pouco mais das atividades ministeriais. Na oportunidade, salientou que a edição de resolução, do Conselho Nacional do Ministério Público, autorizando os ramos e as unidades do MP brasileiro a instituir programas de residência, inclusive com diferentes áreas de atuação, além do Direito, por proposta do MPTO. Ao final, parabenizou a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira e toda sua equipe pela dedicação às atividades do Cesaf-ESMP, o que constitui motivo de orgulho para a Instituição, lembrando que, atualmente, o MPTO possui 11 (onze) integrantes, entre membros e servidores, cursando Mestrado em vagas destinadas à Instituição; e que em breve terá início o 2º curso de pós-graduação *lato sensu*, com a aula magna a ser ministrada pelo Promotor de Justiça do MPDFT, Dr. Antônio Henrique Graciano Suxberger. A palavra foi concedida, então, ao Dr. Pedro Evandro de Vicente

Rufato, Presidente da ATMP, que parabenizou a Dra. Vera Nilva Alvares Rocha Lira pela condução do Cesaf-ESMP, estendendo seus cumprimentos a todos os servidores. Frisou que o Centro de Estudos-Escola Superior se encontra robusto, crescendo ao longo dos anos, assim como outros órgãos da Instituição. Registrou que a ATMP tem divulgado todos os cursos e seminários organizados pelo *Parquet* e agradeceu à Procuradoria-Geral de Justiça pelo apoio concedido. Enfatizou ainda o empenho da Dra. Vera Nilva na realização do II Congresso Estadual do Ministério Público, aproveitando o ensejo para convidar a todos os integrantes para participarem do evento, momento de aquisição de novos conhecimentos e de conciliação de todos. Por fim, os Procuradores de Justiça Marco Antonio Alves Bezerra, Ana Paula Reigota Ferreira Catini e Leila da Costa Vilela Magalhães parabenizaram a Diretora-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional-Escola Superior do Ministério Público e toda sua equipe, enaltecendo o esforço de todos, o vanguardismo do órgão, a excelência do relatório apresentado, o aprimoramento e o desenvolvimento significativos do Cesaf-ESMP. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e quinze minutos (16h15), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti

Leila da Costa Vilela Magalhães

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Moacir Camargo de Oliveira

Marcos Luciano Bignotti

Miguel Batista de Siqueira Filho